



ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E SUAS INTERFACES EM UMA DISCUSSÃO SOBRE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO TERRITÓRIO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA COXILHA NEGRA

Carmem Rejane Pacheco Porto ¹

RESUMO

Tem-se nesse artigo objetivo de apresentar uma reflexão sobre o Diagnóstico Rural Participativo - DRP desenvolvido junto à Comunidade Quilombola Coxilha Negra, no contexto da disciplina de Metodologias Participativas na Extensão Rural, ministrada no curso de bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal do Rio Grande entre os anos de 2017 e 2020. A discussão teórica propõe uma reflexão sobre temas atinentes ao desenvolvimento, a mediação, a participação e os métodos participativos, pensados para oportunizar vivências aos acadêmicos em diferentes contextos. A metodologia oportuniza aos membros da comunidade participação plena em todas as fases do processo de autoanálise, obtenção de informações e tomada de decisões necessárias para o seu fortalecimento. Para a comunidade os resultados obtidos oportunizam o autoconhecimento e autodeterminação, tanto em aspectos relacionados à compreensão da realidade em que estão inseridos, como as formas organizativas e a melhoria da produção agrícola e não agrícola, destinadas ao autoconsumo e comercialização. Aos estudantes o DRP promove a possibilidade de entrelaçamento de teorias, conhecimentos e saberes interdisciplinares, por meio da interação e do diálogo, ademais revela aos estudantes os inúmeros desafios que o espaço rural enfrenta nos dias atuais, sendo uma oportunidade para o aprofundamento teórico, bem como aquisição de experiência para os futuros profissionais.

Palavras-chave: Metodologias participativas, Saberes interdisciplinares, Território.

TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION AND THEIR INTERFACES IN A DISCUSSION ABOUT COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE TERRITORY: THE CASE OF THE COXILHA NEGRA QUILOMBOLA COMMUNITY

ABSTRACT

The objective of this article is to present a reflection on the Participatory Rural Diagnosis - PRD developed with the Coxilha Negra Quilombola Community, in the context of the subject of Participatory Methodologies in Rural Extension, taught in the baccalaureate course in

¹ Doutora em Geografia e Professora da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, carmemporto@gmail.com



Agroecology at the Federal University of Rio Grande between the years 2017 and 2020. The theoretical discussion proposes a reflection on themes related to development, mediation, participation and participatory methods, designed to provide opportunities for academics to experience in different contexts. The methodology provides to community members the full participation in all phases of the self-analysis process, obtaining information and making the decisions necessary for its empowerment. For the community, the results obtained provide opportunities for self-knowledge and self-determination, both in aspects related to understanding the reality in which they are inserted, as well as organizational forms and the improvement of agricultural and non-agricultural production, aimed at self-consumption and marketing. For students, the PRD promotes the possibility of intertwining theories and interdisciplinary knowledge, through interaction and dialogue, it also reveals to students the numerous challenges that the rural space faces today, being an opportunity for theoretical deepening, as well as an acquisition of experience for future professionals.

Keywords: Participatory methodologies, Interdisciplinary knowledge, Territory.

INTRODUÇÃO

A discussão teórica remete para a noção de território que reforça a dimensão local, enquanto representação dos valores simbólicos. “O território é primeiro um valor” (HAESBAERT, 2004, p. 51). A priori tem-se o território cultural e nas dimensões subsequentes o político e o econômico. O território é “um construtor de identidades, talvez o mais eficaz” (HAESBAERT, 2004, p. 51).

Evidencia-se dentre a diversidade étnico-cultural do território sul rio-grandense, que há a presença de comunidades tradicionais de remanescentes de quilombos, sendo estas formadas por descendentes da população africana trazida até a região para serem explorados como escravos que, para fugirem desta exploração refugiavam-se em locais denominados quilombos, formam grupos comunitários que permaneceram no tempo e materializaram no espaço os seus traços identitários, num processo relacional, de “des-territorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 66) em que conforme o autor, considera-se que “o território se torna mais complexo, múltiplo, mais híbrido e flexível” (HAESBAERT, 2004, p. 66). As comunidades quilombolas resistem, mantêm sua identidade e a replicam por meio de seus costumes e tradições culturais repassadas por seus antepassados, assim como crenças místicas, religiosas e estratégias de subsistência (SANTOS PINHEIRO, 2014, p. 328-333). O território ocupado pelas comunidades quilombolas é insubstituível, está relacionado as formas de reprodução da vida alicerçadas em outros valores como identidade, crenças, saberes e fazeres tradicionais.



Em estudo realizado no âmbito do Programa Brasil Quilombola (2012, p.8), destaca-se que os quilombos permaneceram invisibilizados durante todo o período republicano e reaparecem, como resultado da ação dos movimentos negros, apenas com a Constituição de 1988, onde os seus territórios são entendidos como detentores de direitos. Também foi nesse programa criado em 2004, que a regularização fundiária passa a ser contemplada. Segundo o Programa Brasil Quilombola (2012, p. 13) para que sejam reconhecidas, as comunidades quilombolas necessitam da certificação

que é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros.

Ao estudar as comunidades remanescentes de quilombos que habitam o espaço rural e ali constroem seus espaços de vida, entende-se que essas quando tem a oportunidade de acesso à terra, normalmente são pequenas propriedades, em locais remotos e de difícil acesso, o que as leva a conviver com a escassez de recursos e limitações no que se relaciona a produção e a reprodução social. É recorrente que as unidades familiares presentes nestas comunidades tenham sua produção voltada para o autoconsumo, para a troca e comercialização de excedentes de modo informal devido a diversidade de obstáculos à integração mercantil. O conceito de reciprocidade discutido por Sabourin (2011, p. 27-28) ao tratar sobre comunidades camponesas, se justifica nas comunidades remanescentes de quilombos pelo valor que as relações mútuas representam para aquela sociedade, além disso, contribuem para a conservação de normas sociais herdadas dentro destas, passadas de geração em geração. O conceito de reciprocidade é apresentado como uma norma imprescindível para uma convivência saudável, são observados comportamentos colaborativos em diversos momentos que abrangem diferentes atividades dentro das comunidades. A reciprocidade é tratada como uma dívida por Sabourin (2011, p. 30-31), representa uma das características genéricas das comunidades camponesas, algo que é passado por herança mesmo com suas inovações nas formas de cooperação, reconhecendo a importância da dívida para esses, historicamente invisíveis para a sociedade, o autor afirma em seus estudos que se trata de



uma estratégia para a sobrevivência das famílias, especialmente para a sua capacidade de reprodução social e econômica no campo.

Para se manterem em suas propriedades, acabam se tornando prestadores de serviços temporários, diaristas, embora tenham remuneração pelo trabalho que executam, raramente possuem seus direitos trabalhistas garantidos, o trabalho em outras propriedades rurais é uma alternativa para evitar a migração para os espaços urbanos.

No entanto, muitos migram na tentativa de não repetir o trabalho penoso já presenciado em suas famílias, saem em busca de empregos e melhores oportunidades. De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Decreto 6040/2007, os grupos e/ou comunidades tradicionais são

culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Utilizam conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

São muitas comunidades remanescentes de quilombos no território da zona sul do estado do Rio Grande do Sul, tanto no espaço rural como no urbano. Estudos realizados indicam que quarenta e três comunidades negras rurais vivem atualmente na região denominada como Território da zona Sul do Rio Grande do Sul, sete comunidades em São Lourenço do Sul (SANTOS PINHEIRO, 2014, p. 324). A representatividade das comunidades quilombolas no território da Zona Sul do RS, tem sua origem, principalmente relacionada as charqueadas, que no passado se localizaram nesta porção do território e demandaram a mão de obra de pessoas vindas da África e escravizadas no Brasil, nas grandes estâncias também trabalhavam em atividades campeiras e no trabalho doméstico.

Dados do INCRA (2009), dizem que o quilombo Coxilha Negra é composto por trinta famílias, distribuídas em 55 hectares, que se localizam nos limites do 6º distrito de São Lourenço do Sul, RS. O relevo mais acidentado da serra dos Tapes se caracterizou como um local de oportunidade de liberdade e ruptura com a realidade de maus tratos a que eram submetidos os escravos. É perceptível que as comunidades quilombolas estão situadas em locais de difícil acesso, pelo fato de historicamente ocuparem espaços nos quais se sentiam seguros, onde organizavam suas vidas, produziam e se reproduziam



socialmente. Sobretudo, resistiram para manter as suas famílias e seu pedaço de terra, sendo que muitos possuem apenas a posse. Os motivos que levaram a escolha da comunidade foram principalmente a trajetória e as dinâmicas de ocupação do espaço pelos grupos sociais, como também a proximidade geográfica, a vinculação estabelecida pelo acesso à universidade de integrantes da comunidade que buscam a formação no ensino superior e as experiências reconhecidas em processos de planejamento promovidos por outras instituições governamentais e não governamentais presentes no território.

Nesse contexto, entende-se a efetividade do uso da metodologia do Diagnóstico Rural Participativo - DRP, tendo o reconhecimento de que esse é parte de um conjunto mais amplo de métodos, sendo possível situá-lo como um método de intervenção social, que promove a participação. O DRP é visto como um meio que permite a abertura para escuta e manifestação de relatos das pessoas participantes, ou seja, os atores sociais envolvidos no processo.

A sua importância reside no fato de que o DRP permite entender as ameaças e possibilidades em um determinado grupo familiar ou comunitário. É uma metodologia na qual os membros da comunidade participam plenamente em todas as fases do processo de autoanálise, obtenção de informações e tomada de decisões necessárias para seu fortalecimento. Inegavelmente, todas as etapas de elaboração do diagnóstico se completam somente a partir do compartilhamento e revisão em conjunto com a comunidade. Importante salientar, que o mesmo permite um trabalho continuado em virtude do dinamismo do território frente aos desafios impostos pela conjuntura, ainda que o principal objetivo do DRP seja mobilizar e impulsionar a autodeterminação da comunidade pela participação (VERDEJO, 2006, p. 12). E, assim, fomentar o desenvolvimento rural, junto e a partir dos interesses dessas comunidades, além de contribuir para uma postura que se proponha a ser emancipatória.

Diaz Bordenave (1994, p. 15-16) reconhece que valorizar a participação dos membros da comunidade contribui no aperfeiçoamento das pessoas para uma participação mais ativa como cidadãos na sociedade universal, além disso, "participar é uma necessidade humana, é um direito, participar é um processo de desenvolvimento do pensamento crítico" (DIAZ BORDENAVE, 1994, p. 17). O mesmo autor assinala que a participação em grupos e comunidades é um instrumento que serve para resolver problemas que seriam difíceis ou impossíveis de resolver individualmente. Argumenta



que a “participação se dá a nível micro e macro”. A “participação micro” acontece em comunidades, associações, coletivos e em toda organização que tenha impacto localmente. Já a “participação macro” se relaciona a participação das pessoas, no qual suas ações modificam a sociedade (DIAZ BORDENAVE, 1994, p. 23-24).

Entre os procedimentos adotados durante o processo de desenvolvimento do diagnóstico, projetos e ações, toma-se como referência os estudos de Verdejo (2010, p.28-49), em que se destacam: o diálogo semiestruturado, como ferramenta que abre espaço a uma conversa tranquila e livre para que os membros de uma comunidade consigam se expressar sem barreiras impostas por outros instrumentos formais, sendo mais utilizado quando há tempo para o trabalho desenvolver-se em longo prazo; a caminhada transversal, que realiza-se por meio de uma caminhada que percorre várias áreas de uso e recursos diferentes, ao longo da caminhada são anotados todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes; a observação participante propõe ficar atento e aproveitar as possibilidades de compartilhar alguns momentos do cotidiano com as famílias da comunidade é uma forma de integração com a realidade da comunidade; os mapas participativos, também se constituem como uma importante ferramenta e permitem a participação dos membros da comunidade na sua elaboração, sendo possível trabalhar a partir de diferentes variáveis, a exemplo dos mapas comunitários e sociais, mapas das unidades de produção familiar; as tarjetas são uma forma importante para a estruturação das ideias resultantes de um debate, são usados cartões de papel, onde são registradas as ideias, as mesmas são visualizadas no formato de painéis pelo conjunto dos participantes, em síntese o uso das tarjetas permite o consenso em reuniões de trabalho; a matriz de hierarquização de prioridades, permite a identificação de prioridades segundo a sua ordem de importância para a comunidade. São métodos de reflexão e discussão sobre situações contextualizadas e buscam promover soluções em torno das situações potenciais e problemáticas dentro da comunidade.

As informações reveladas pelos membros da comunidade foram organizadas de acordo com o esquema de Ellis (ELLIS, 2000). Utilizando a perspectiva de análise deste autor foi possível identificar as estratégias que as famílias desenvolvem frente ao contexto de constantes mudanças sociais e econômicas. Para Ellis (2000), a estratégia utilizada pela família, seja esta adaptativa, reativa ou de diversificação de atividades está estreitamente relacionada com três categorias operacionais. A primeira categoria são os “choques” e as “ameaças”, como secas, excesso de chuvas ou mercados instáveis; a



segunda são os “fatores mediadores”, como as regras da comunidade, as relações sociais entre membros e organizações; e a terceira categoria são os “ativos” disponíveis na comunidade (ELLIS, 2000, p. 32).

Diante deste cenário fica evidente a importância das ações da universidade junto à comunidade, principalmente no sentido de promover e incentivar a participação efetiva da comunidade nas decisões sobre elementos que possuem influência direta na dinâmica de suas vidas. Promover espaços de participação colabora com o aperfeiçoamento dos membros da comunidade como cidadãos críticos na sociedade (BORDENAVE, 1994, p. 12). Pensar o desenvolvimento rural pressupõe o reconhecimento do protagonismo dos agricultores e agricultoras e a centralidade das pessoas nos projetos, sendo o papel do mediador neste universo fundamental quando esse ator social submete seus interesses àqueles que são da coletividade. Assume o papel de interligar mundos diferenciados, entretanto reconhece as necessidades das pessoas, as perspectivas, os conhecimentos, as prioridades e habilidades, construindo coletivamente o autodiagnóstico da comunidade, desenhando cenários para o desenvolvimento, implementação e avaliação de projetos de desenvolvimento (BRACAGIOLI, 2014, p. 282). Sobretudo, permite entender o processo participativo como um meio quando se almeja uma mudança social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso, realizou-se em unidades de produção familiar pertencentes a comunidade quilombola Coxilha Negra, localizada na Boa Vista, 6º distrito do município de São Lourenço do Sul - RS, na mesorregião Sudeste do estado do Rio Grande do Sul, sob a latitude 31°15'06" Sul e longitude 52°10'39" Oeste, fazendo parte da Planície Costeira Sul Rio-grandense.

Entre os resultados alcançados durante o período de trabalho com a comunidade, o mais importante foi a contribuição da equipe de trabalho para estimular as famílias a se organizarem em torno de seus problemas, demandas e prioridades, valorizando suas potencialidades e suas capacidades de organização coletiva. Concomitante a essa organização foram desenvolvidos três projetos elaborados em conjunto com a comunidade, são eles: o incremento do pomar, a melhoria dos sistemas de cultivo de



hortaliças e o fortalecimento da criação de galinhas para a produção de ovos coloniais, inicialmente com o objetivo de fortalecer a produção para o autoconsumo.

A otimização do sistema de cultivo já existente, tanto para venda, como para a segurança alimentar dos próprios moradores da comunidade, com base nos princípios da agroecologia e a criação de galinhas e produção de ovos coloniais são entendidos como prioridade. O trabalho em conjunto com a universidade proporcionou o planejamento das atividades, através da elaboração de projetos e execuções de ações, com orientação técnica e capacitação dos membros da comunidade necessários para o melhoramento da produção. Entre os projetos realizados também foram importantes e se somaram aos demais o de captação de água da chuva, técnica para sistemas de compostagem, podas e manejo de espécies agrícolas e arbóreas, construção de estufa para produção de morangos e horta com canteiros circulares para a produção de hortaliças. A produção de morangos em estufa, construída em 2019 em uma unidade de produção familiar, não apenas se direcionou para o autoconsumo, como o excedente tem sido escoado e comercializado na própria comunidade. Importante destacá-lo, principalmente porque sua implementação é muito recente, mas tem logrado êxito e satisfação para a família.

É fato que a reciprocidade e a ajuda mútua são uma constante na comunidade, mas quando a ação envolve outras questões, como a formação de cooperativas ou trabalhos comunitários para produção de alimentos e geração de renda, os membros optam em trabalhar em nível familiar e não em comunidade. Nesse sentido, e respeitando a dinâmica dos membros da comunidade, este trabalho passou a efetuar as atividades visando o contexto familiar.

O DRP, enquanto método participativo se mostrou importante para o autoconhecimento e autodeterminação da comunidade quilombola Coxilha Negra. O processo total de desenvolvimento do DRP foi determinante para o reconhecimento da comunidade como elemento ativo nas construções de acordo com a sua realidade e vontades.

Como aprendizado para o grupo de estudantes pode ser citado o conhecimento da ferramenta DRP e suas interfaces interdisciplinares, constatando a importância desta ferramenta para o aprofundamento teórico, bem como aquisição de experiência para os futuros profissionais, através da participação no planejamento junto à comunidade e a execução das atividades desenvolvidas na disciplina. Reconhecendo que o diálogo entre saberes é uma forma de romper a relação assimétrica entre o saber acadêmico e o



conhecimento local, um dos princípios deste trabalho é justamente de promover formas participativas de produção de conhecimento coletivo.

Através dos trabalhos de campo e contato com a comunidade obtivemos a compreensão da importância e eficiência das metodologias participativas como possibilidade de trabalho capaz de fazer com que aconteça a troca de experiência entre comunidade acadêmica e os povos tradicionais, na sua especificidade, nesse caso uma comunidade remanescente de quilombo. No entanto, sempre há lugar para reconhecermos as críticas ao desenvolvimento e ao uso de métodos participativos, posto que esses envolvem relações de poder e negociações entre os diferentes atores sociais, que não raras vezes ocorrem de forma desigual, distanciando-se de processos de reflexão e aprendizagem dialógica e colaborativa.

As ferramentas utilizadas pelos grupos nos diferentes anos se mostraram eficazes, proporcionando aos estudantes entendimento sobre as necessidades da comunidade e a elaboração de ações a serem implementadas. Outro ponto importante foi a continuidade dos trabalhos, o que possibilitou maior evolução nas ações com a comunidade. O mais importante foi que o Quilombo Coxilha Negra deu continuidade às ações exercidas pelos estudantes (de 2017, 2018, 2019 e 2020) e acreditam que a continuidade desta parceria poderá proporcionar maiores melhorias na comunidade.

A análise dos modos de vida do meio rural, método proposto por Ellis (2000), se mostrou coerente e colaborou para a compreensão da dinâmica das famílias da comunidade pelo grupo de docentes e acadêmicos. Esse método possibilitou retornar, de forma organizada, as informações para as próprias famílias. De forma positiva, esse *feedback* possibilita que as famílias possam compreender suas próprias dinâmicas e estratégias de sobrevivência e reprodução social, contribuindo para o fortalecimento dos ativos e atenuação de ameaças. Esse método, naturalmente, deve ser alimentado com informações reveladas pelos membros da comunidade, ou seja, pressupõe-se que os 46 membros envolvidos tenham participação efetiva durante todo o processo.

Atualmente, além das múltiplas estratégias de produção e reprodução social identificadas na comunidade, a principal estratégia de sobrevivência identificada pelo método de Ellis (2000) foi a migração, cujo trabalho como diarista em propriedades próximas e/ou para a zona urbana do município foi a mais evidente. Essa estratégia é utilizada pela maioria dos membros e pode ser resultado da vulnerabilidade presente nos ativos dessa comunidade. Além disso, foi possível notar que as realizações de



planejamentos de ações para atenuação dessas vulnerabilidades acontecem, mas ainda são tímidas.

Em decorrência da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, a alternativa disponível para a continuação dos projetos desenvolvidos foram as reuniões *online*, que aconteceram de acordo com a disponibilidade das famílias. A organização das turmas antecedentes nos três anos anteriores foi fundamental para continuidade do processo, com elaboração de relatórios detalhados sobre o que foi realizado em cada ano, a partir de 2017, o que tornou possível o entendimento dos projetos e a contribuição para a sua continuidade. As reuniões *online* com a comunidade, possibilitaram tomar ciência da situação sobre o andamento dos trabalhos implantados anteriormente — a repercussão dos projetos e permanência dos mesmos, impasses e soluções de problemas que surgiram durante o período pandêmico. O acesso à internet de alguns integrantes da comunidade possibilitou entender como estão lidando com a pandemia e como esta afetou o modo de vida das famílias.

Ademais a situação abre precedentes e demonstra a necessidade da continuidade dos trabalhos em conjunto, comunidades remanescentes de quilombos e acadêmica, pois a relação contínua permite um trabalho de longo prazo com resultados que se materializam na paisagem, mas que também contribuam para melhorar a organização das famílias e a vida dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de trabalho articulado entre Universidade e Comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de Metodologias participativas na extensão rural, no decorrer do período analisado, vem priorizando a interação entre diferentes segmentos da comunidade acadêmica e a interlocução com outras comunidades. É uma importante estratégia pensada no sentido de oportunizar a interação entre ensino, pesquisa e extensão entrelaçando conhecimentos acadêmicos e conhecimentos tradicionais.

As atividades realizadas nas unidades de produção familiar pertencentes à comunidade trouxe aos alunos a oportunidade de se reconhecer enquanto grupo de trabalho e futuros agroecólogos, sobretudo porque ao abraçar as demandas junto com a comunidade, se disponibilizaram a atuar de forma participativa, colaborativa, possibilitando a autogestão. O conjunto de acadêmicos, ainda ressaltaram que ao se



desafiar conseguiram atender as necessidades e desejos vislumbrados pelas famílias, como prevê os ensinamentos propostos pela disciplina de Metodologias Participativas na Extensão Rural.

A perspectiva humanística e que se propõe emancipatória desperta expectativas positivas nos membros da comunidade, haja visto que a análise das informações proporcionou a eles a chance de vislumbrar ações que possam potencializar seus ativos e resultar no estabelecimento de novas estratégias de sobrevivência. Além disso, os desafios encontrados através das ações promovidas por essa disciplina e projetos dela resultantes puderam ser entendidos como possibilidades de trabalho em ensino, pesquisa e extensão para acadêmicos e professores do curso de bacharelado em Agroecologia da Universidade.

Em consequência disso, acreditamos que esse trabalho contribuiu positivamente para a permanência dos membros das famílias na Comunidade Quilombola Coxilha Negra, ademais em tempos pandêmicos se constituiu como um reforço para a subsistência, inclusive presenciamos relatos de alguns familiares de integrantes da comunidade, que devido à pandemia e as demissões ocorridas no espaço urbano retornaram para comunidade.

REFERÊNCIAS

BRACAGIOLI, Alberto. Métodos participativos na extensão rural: processos e práticas. In: CONTERATO, M.A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Pesquisa em desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007. Acesso em: 20 de junho de 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/programa-brasil-quilombola>. Acesso em: 16 de maio de 2021.



DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOS SANTOS PINHEIRO, Patrícia. Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), V. 11, n. 22, 2014.

ELLIS, F. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford University Press, Oxford, 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009**. Disponível em: www.incra.gov.br/institucional/legislação--/atos-internos/instruções/file/243-instrucao-normativa-n-57-20102009. Acesso em: 13 de setembro de 2017.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócioantropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, V. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.